

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR.10480/008.041/89-39

Sessão de 07 de maio de 1993

ACORDÃO NR.102-28.245

RECURSO NR.: 66.615- PIS DEDUÇÃO- EX. DE 1985

RECORRENTE : PRONTO SOCORRO INFANTIL DO ARRUDA LTDA

RECORRIDA : DRF- RECIFE-PE

MM

DECORRENCIA- PIS DEDUÇÃO- Tratando-se de lançamento reflexivo, a decisão proferida no processo matriz se projeta no julgamento do processo decorrente recomendando o mesmo tratamento, dada a íntima relação de causa e efeito.

Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PRONTO SOCORRO INFANTIL DO ARRUDA LTDA

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1993.

IRINEU SIMIANER

- PRESIDENTE

CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI- RELATOR

VISTO EM
SESSÃO DE:

FRANCISCO TARGINO DA ROCHA NETO

- PROCURADOR DA FAZENDA
NACIONAL

16 SET 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: WALDEVAM ALVES DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE PAULA CORREA CARNEIRO GIFFONI, KAZUKI SHIOBARA, URSULA HANSEN, JULIO CESAR GOMES DA SILVA e MARIA CLELIA DE ANDRADE FIGUEIREDO.

PROCESSO NR.10480/008.041/89-39

RECURSO NR.: 66.615

ACORDAO NR.: 102-28.245

RECORRENTE : PRONTO SOCORRO INFANTIL DO ARRUDA LTDA

R E L A T O R I O

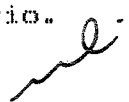
PRONTO SOCORRO INFANTIL DO ARRUDA LTDA, recorre a este Conselho da decisão do Delegado da Receita Federal em Recife (PE).

Contra a recorrente foi lavrado o auto de infração de fls.02, como tributação reflexa em razão de omissão de receita tributada no IRPJ, apurada através do processo n 10480.008.038/89-24.

A impugnação apresentada foi indeferida parcialmente pela autoridade administrativa, via da decisão de fl 23, em consonância com o decidido no processo matriz.

Em seu recurso, pede a contribuinte a reforma da decisão recorrida.

E o relatório.



PROCESSO NR.10480/008.041/89-39

ACORDÃO N.: 102-28.245

V O T O

Conselheiro CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI-Relator

O recurso é tempestivo.

No mérito, entendo que a decisão de primeira instância deve ser mantida, mesmo porque a recorrente não apresentou fato novo que pudesse derrubar os fundamentos constantes da decisão singular, além do que, conforme visto no relatório, trata-se de lançamento decorrente de omissão de receita apurada em autuação à parte.

Dessa forma, nada há a censurar na decisão recorrida que deve ser mantida por seus jurídicos fundamentos.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso.

E o voto.

Brasília (DF), 07 de maio de 1993.



CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI- RELATOR